



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Diretoria de Documentação Judiciária
B I B L I O T E C A

INFORME BIBLIOGRÁFICO

SUMÁRIOS CORRENTES E NOVAS AQUISIÇÕES

RECIFE

MARÇO

2010

INFORMATIVO

FECHAMENTO: 05/03/2010 – EXPEDIÇÃO: 07/03/2010 – ANO 30 – 2010 – PÁGINAS: 166/149 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 10

Sumário

ATOS DO EXECUTIVO

- Eleições 2010 – Suspensão da publicidade dos órgãos e entidades165
- Registro Nacional de Veículos – Anotação dos contratos não vinculados a financiamentos164

ATOS DO JUDICIÁRIO

- TRF-4ª R.: Vara ambiental, agrária e residual – Suspensão na distribuição de feitos cíveis163

ATOS INSTITUCIONAIS

- CNMP: Boletim eletrônico – Criação e regulamentação.....163

DOCTRINAS

- A importância dos acordos de sócios nas sociedades uniprofissionais – **Taís Carvalho**162
- Breves dizeres sobre “as” reformas do CPP – **Roger Spode Brutti**.....160
- Direito de presença nas audiências: STF viola CADH – **Luiz Flávio Gomes**157

ESTUDO DE CASOS

- Empregado membro da CIPA – Estabilidade provisória – Demissão156
- Veículo emprestado – Acidente – Responsabilidade153

NOTICIÁRIO

- Destaques da semana**151

- Eleições 2010: TSE aprova resoluções importantes para o pleito
- Empréstimo consignado a servidor: monopólio do BB é questionado

- Exame de Ordem: suspeita de vazamento de prova é investigada
- IPTU: prescrição passa a contar a partir da data do envio do carnê
- Provas forjadas: STF mantém prisão do governador do DF
- Repercussão geral: previdência privada X contrato de trabalho
- SDI-2: agravo de instrumento inviabiliza ação rescisória
- Súmulas: STJ aprova, por unanimidade, 6 enunciados
- Universitário: pensão por morte é estendida até os 24 anos

Projetos de lei.....150

- Jornada de mulher grávida poderá ser reduzida em duas horas
- Noivos poderão usar a internet para dar entrada em papéis do casamento
- PEC cria curso de gestão pública para prefeitos
- PEC permite ao STF pedir urgência para seus projetos
- Plenário pode votar atendimento a pacientes do SUS na rede particular
- Proposta inclui causas interruptivas de prazos para reclamações do consumidor
- Texto cria banco de DNA, com coleta obrigatória para todo recém-nascido

SÚMULA LEGISLATIVA SEMANAL

- Pesquisa de 1-3 a 5-3-2010.....149

JURISPRUDÊNCIA

FECHAMENTO: 05/03/2010 – EXPEDIÇÃO: 07/03/2010 – ANO 30 – 2010 – PÁGINAS: 160/145 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 10

TEMAS EM DESTAQUE

PROCESSO CIVIL

Busca e apreensão

♦ Deixando a parte autora de atender, no prazo assinado, a determinação do juízo, apesar de regularmente intimada, caracteriza-se o abandono da causa, autorizador da extinção do processo.

Recurso especial

♦ O recurso especial é admissível para alterar os valores fixados a título de honorários advocatícios, quando o montante estipulado na origem afastar-se do princípio da razoabilidade.

CIVIL E COMERCIAL

Mandato

♦ Pode a nulidade do ato jurídico ser alegada a qualquer tempo, pois o decurso do prazo não se presta a convalidá-lo.

Representação comercial

♦ A exclusividade para a venda de mercadorias não se presume, cabendo ao representante comercial fazer prova incontestada de sua alegação.

PENAL E PROCESSO

Denúncia

♦ Por ser mero juízo de admissibilidade, não pode o julgador, na decisão prelibatória da ação penal, alterar a capitulação jurídica apresentada pelo órgão acusador.

Execução penal

♦ As regras de execução penal devem ser interpretadas em consonância com a ideia de ressocialização do apenado, a qual deve ser facilitada e acelerada.

TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Contribuição previdenciária

♦ Se a lei não prevê expressamente que a contribuição previdenciária incida sobre o aviso prévio indenizado, não é possível imputar-se tal obrigação ao empregador.

Jornada de trabalho

♦ É válida a cláusula de acordo coletivo que limita a percepção de horas *in itinere* ao tempo excedente de noventa minutos.

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

Direito à saúde

♦ É legal a exigência, para a retirada de rins, de comprovação de, pelo menos, quatro compatibilidades em relação aos antígenos leucocitários humanos.

Magistério

♦ O caráter opcional e transitório da ministração de aulas excedentes, para atender situações emergenciais e imprevistas, descaracteriza a prestação de serviço extraordinário.

TRIBUTÁRIO

Crédito tributário

♦ A entrega da DCTF constitui o crédito tributário, dispensando a Fazenda Pública de qualquer outra providência, habilitando-a ajuizar a execução fiscal.

Execução fiscal

♦ A contraprestação cobrada por concessionárias de serviço público de água e esgoto detém natureza jurídica de tarifa ou preço público.



INFORMATIVO

FECHAMENTO: 12/03/2010 – EXPEDIÇÃO: 14/03/2010 – ANO 30 – 2010 – PÁGINAS: 184/167 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 11

Sumário

ATOS DO JUDICIÁRIO

- **CNJ:** Juizados Especiais – Comitê de aprimoramento.....183
- **TJ-RJ:** Plantão judiciário permanente – Consolidação das normas.....183
- **CNJ:** Ouvidoria – Atribuições e criação em Tribunais182
- **STJ:** Jurisprudência dominante – Novas Súmulas182
- **TRF-3ª R.:** Processo eletrônico – Revogação parcial da Resolução 219/2010.....182

ATOS INSTITUCIONAIS

- **PGJ-RJ:** Divisão anticartel – Criação.....181

DOCTRINAS

- A alienação de ativo de instituição financeira em processo de liquidação como medida de proteção socioeconômica – Reflexos no âmbito da Responsabilidade Civil – **Rafael Buzzo de Matos**.....180
- A IN 973 e sua disfuncionalidade frente à abstratização do controle de constitucionalidade – **Gustavo Almeida Polinelli de Castro**.....177

ESTUDO DE CASOS

- Desapropriação – Indenização – Não incidência de IR.....174
- Descumprimento contratual – Estelionato – Considerações.....172

NOTICIÁRIO

- **Destaques da semana**170
- Adoção: aspectos da nova lei serão debatidos na EMERJ

- Caso Chesf: construtora Mendes Júnior perde causa trilhionária
- Copa 2014: Infraero implantará unidades judiciais em aeroportos
- Gestão Suprema: Ministro Cezar Peluso é novo presidente do STF
- Legalidade: empresa pode divulgar salário de funcionário na net
- Paternidade avoenga: STJ busca pacificar entendimento
- Preço ínfimo: FNAC não é obrigada a cumprir oferta anunciada
- Propaganda antecipada: TSE aceita acusação contra Lula e Dilma
- Recall: Fiat é multada em valor máximo previsto no CDC
- Reforma do CPP: CNJ defende revisão do papel da fiança

Projetos de lei.....168

- Cobrança de ponto extra de TV por assinatura
- Comissão rejeita norma que proíbe divulgação de dados de passageiro
- Google deve avaliar sistema de rastreamento de pedófilos na internet
- Isenção de IPI na compra de caminhão por autônomos
- Medidas de prevenção do *bullying* nas escolas
- Presença de defensor público em *blitz* poderá ser obrigatória
- Prioridade no SUS para vítimas de violência no lar
- Proposta revoga código de conduta em direitos humanos para empresas
- Sigilo em investigações de acidentes aeronáuticos

Concursos Públicos.....167

SÚMULA LEGISLATIVA SEMANAL

- Pesquisa de 8-3 a 12-3-2010.....167

JURISPRUDÊNCIA

FECHAMENTO: 12/03/2010 – EXPEDIÇÃO: 14/03/2010 – ANO 30 – 2010 – PÁGINAS: 176/161 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 11

TEMAS EM DESTAQUE

PROCESSO CIVIL

Ação de indenização

w A entrega de relatório médico a terceiros, sem autorização, leva à responsabilização da clínica médica pela divulgação de fatos sigilosos de interesse exclusivo da paciente.

Agravo regimental

w Se o agravante não impugna todos os fundamentos da decisão agravada, não merece trânsito o recurso, ante a ausência de regularidade formal.

CIVIL E COMERCIAL

Alimentos

w A justificativa de inadimplemento parcial das prestações alimentícias não afasta a exigibilidade da prisão civil.

Aval

w É necessária a vênua conjugal para a prestação de aval por pessoa casada sob o regime da separação obrigatória de bens.

PENAL E PROCESSO

Execução penal

w A posse de substância entorpecente no interior do estabelecimento prisional, ainda que para uso próprio, constitui falta grave.

Livramento condicional

w O cometimento de novo delito pelo apenado, durante o gozo do benefício do livramento condicional, é de ser suspensa a benesse, até o trânsito em julgado da decisão.

TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Adicional de risco de vida

w O fato de o autor transportar numerário, mesmo que em carro comum, não lhe retira o direito à percepção do adicional de risco de vida.

Dano moral

w A acusação infundada de furto é ofensa grave à honra e à dignidade do trabalhador e autoriza a condenação por danos morais.

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

Funcionalismo público

w É possível a incorporação de quintos decorrentes de tempo de serviço anterior à instituição do regime jurídico único, por servidor público antes submetido à CLT.

Improbidade administrativa

w O ressarcimento, embora deva ser considerado na dosimetria da pena, não implica anistia do ato de improbidade, pelo contrário, é um dever do agente.

TRIBUTÁRIO

Execução fiscal

w A Fazenda Pública pode substituir a CDA até a prolação da sentença de embargos, quando se tratar de correção de erro material ou formal, vedada a modificação do sujeito passivo.

Imposto sobre serviços

w A lista de serviços é taxativa, entretanto, admite-se interpretação extensiva e analógica de cada um de seus itens, a fim de enquadrar serviços assemelhados aos previstos.



INFORMATIVO

FECHAMENTO: 19/03/2010 – EXPEDIÇÃO: 21/03/2010 – ANO 30 – 2010 – PÁGINAS: 202/185 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 12

Sumário

ATOS DO EXECUTIVO

- Trabalho temporário – Prorrogação do contrato – Instruções201

ATOS DO JUDICIÁRIO

- **CGJ-RJ:** Suspeição por foro íntimo – Suspensão da eficácia da Resolução 82/2009 do CNJ.....200

ATOS DO LEGISLATIVO

- Código de Trânsito Brasileiro – Carteira de Habilitação – Aprendizagem noturna200

ATOS INSTITUCIONAIS

- **AGU, PGF e PGFN:** Representação da União na Justiça do Trabalho – Atuação dos Procuradores200
- **ANAC:** Transporte aéreo – Atrasos e cancelamentos de voos – Direitos dos passageiros199

DOCTRINAS

- Ação Civil Pública na Justiça do Trabalho – **Claudia Brum Mothé**.....198
- Da excessiva omissão estatal à salutar judicialização do direito à saúde – **Vitor Vilela Guglinski**196
- O aperfeiçoamento da locação de imóvel urbano pela Lei 12.112, de 9-12-2009 – Um primeiro comentário – **Jaques Bushatsky**193

ESTUDO DE CASOS

- Extravio de bagagem – Aplicabilidade do CDC191
- Veículo alienado – Pena de perdimento do bem189

NOTICIÁRIO

Destaques da semana187

- Consórcio de imóvel: FGTS já pode ser utilizado
- Culpa da vítima: ciclista perde ação por ignorar lei de trânsito
- Cursos: tempo gasto fora da jornada de trabalho configura hora extra
- Exame de DNA: recusa de parentes não gera presunção absoluta
- IPTU: prefeitura não pode negar alvará para cobrar dívida
- Propaganda antecipada: TSE aplica multa de R\$ 5 mil a Lula
- Saúde: doentes graves têm direito a remédios de alto custo
- Súmula do STJ: Simples X retenção da contribuição do INSS

Projetos de lei185

- Comissão aprova emendas que alteram o FIES
- Comissão discute o fim do exame da OAB
- Proposta obriga telefonia móvel a fornecer internet sem fio grátis
- Reforma do Código de Processo Penal é aprovada pela CCJ
- Tempo de estágio poderá contar para a aposentadoria

Concursos públicos185

JURISPRUDÊNCIA

FECHAMENTO: 19/03/2010 – EXPEDIÇÃO: 21/03/2010 – ANO 30 – 2010 – PÁGINAS: 192/177 – FASCÍCULO SEMANAL Nº 12

TEMAS EM DESTAQUE

PROCESSO CIVIL

Ação possessória

♦ A servidão de passagem não pode ser vista como vias públicas. Aquela é direito real sobre coisa alheia, estas são bens públicos de titularidade do Município.

Embargos à monitória

♦ Faz-se possível a denunciação da lide em sede de embargos à monitória ante eventual direito regressivo por obrigação legal ou contratual.

CIVIL E COMERCIAL

Ato jurídico

♦ Os netos não possuem legitimidade nem interesse jurídico para pleitearem anulação de negócio jurídico celebrado em nome dos avós falecidos.

Carta-patente

♦ A aquisição de carta-patente caracteriza um simples contrato de cessão de direitos, não implicando, de modo algum, em sucessão empresarial.

PENAL E PROCESSO

Crime de trânsito

♦ A prova da embriaguez ao volante deve ser feita, preferencialmente, por meio de perícia, mas esta pode ser suprida pelo exame clínico e pela prova testemunhal.

Prisão preventiva

♦ O fato de o paciente encontrar-se foragido reforça a necessidade da aplicação do instituto da prisão cautelar ao caso, a título de conveniência da instrução criminal.

TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Ação consignatória

♦ É manifestamente inadequada a ação de consignação em pagamento para a formulação de pedido atinente à homologação de rescisão contratual.

Vale-transporte

♦ A pretensão de receber vale-transporte por ter que se deslocar da sede da empresa ao local de prestação dos serviços não encontra previsão legal.

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

Processo administrativo

♦ O transcurso de longo tempo do processo sem nenhuma decisão, ofende os princípios da eficiência e da razoabilidade a que a Administração está jungida.

Vereador

♦ Cometem atos de improbidade os vereadores que usam do veículo oficial para atender interesses políticos partidários ou em substituição ao transporte particular.

TRIBUTÁRIO

Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços

♦ O mero deslocamento de mercadorias da matriz para a filial, tratando-se da mesma pessoa jurídica, apenas com sedes diferentes, não autoriza a cobrança do imposto.

Imposto sobre produtos industrializados

♦ A demora injustificada na escrituração dos créditos não gera ao contribuinte o direito à correção monetária.

SELEÇÕES JURÍDICAS

5

Adv
ADVOCACIA DINÂMICA

JANEIRO E FEVEREIRO/2010



EM FOCO

PROGRAMA NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Pretende o legislador instituir regime de democracia ditada?

Lineamento histórico do Decreto nº 7.037/09

Críticas aos principais pontos do programa

MARKETING JURÍDICO

Conhecimento deixou de ser ornamento para se tornar imprescindível

Destaques

Poder Judiciário x Poder Legislativo

A cassação de mandato e o cumprimento imediato de decisão

Comercialização de combustível

Consumidor tem direito a obter todas as informações relativas ao produto

Crédito do IPI

Princípio da não-cumulatividade

Doença profissional

Inexigibilidade de atestado do INSS



REPOSITÓRIO
ESTADO DE

SELEÇÕES JURÍDICAS

As opiniões emitidas em artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores. Os acórdãos selecionados correspondem, na íntegra, às cópias fornecidas pelos Tribunais. É proibida a reprodução parcial ou total, sem autorização dos editores.

REPOSITÓRIO AUTORIZADO DE JURISPRUDÊNCIA

STF

*Registro nº 39/2008
(DJE de 4-4-2008)*

TST

*Registro nº 32/2007
(DJ-U, 17-10-2007)*

Sumário

DOCTRINAS

- A Especial observância da legalidade estrita nos tipos culposos e seus reflexos no direito administrativo disciplinar –
Sandro Lúcio Dezan 1
- O futuro do Direito – **Atahualpa Fernandez e Marly Fernandez** 5

PANORAMA

- **Especial – Programa Nacional dos Direitos Humanos**
 - Os direitos humanos como processo de luta pela dignidade humana – **Maria Zuila Lima Dutra**..... 16
 - Plano Nacional dos Direitos Humanos: pretende o legislador instituir regime de democracia ditada? – **Amanda de Abreu Cerqueira Carneiro**..... 20
- **Gestão de carreira e Marketing jurídico**
 - Marketing Jurídico deixou de ser ornamento para se tornar imprescindível – **Ricardo Freitas Silveira** 24

ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- Cassação de mandato – Cumprimento imediato da decisão..... 26
- Comercialização de combustível – Direito a informações sobre o produto 32

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- Crédito do IPI – Princípio da não cumulatividade 35
- Veículo estrangeiro – Inaplicabilidade da pena de perdimento 40

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

- Doença profissional – Inexigibilidade de atestado do INSS..... 43
- Sociedade de economia mista –
Motivação das demissões..... 43

PUBLICAÇÃO MENSAL

2^{Ano}
2010

Nº 3

MARÇO

ANO XXVI

BDA

**BOLETIM DE
DIREITO ADMINISTRATIVO**

DOCTRINA, PARECERES E ATUALIDADES

A LEI GERAL DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FEDERAL COMO INSTRUMENTO DE EXERCÍCIO DA CIDADANIA (Parte 1) (Raimundo Márcio Ribeiro Lima)	273
MANDADO DE INJUNÇÃO: INSTRUMENTO DE CONTROLE JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, À LUZ DO ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (Ana Carolina de Araújo Dantas)	295
O MODELO EUROPEU DOS SERVIÇOS DE INTERESSE ECONÔMICO GERAL (André Saddy)	318
“DESAPROPRIAÇÃO CONSENSUAL” – Responsabilidade Solidária – Pagamento e Recebimento Indevidos de Indenização – Possível Equívoco em Relação ao Instituto da Prescrição – Cerceamento de Defesa – Recurso de Reconsideração – Nulidade do Acórdão – Necessidade de Exame Técnico Aprofundado (Tribunal de Contas da União)	333
LEI ROUANET – Captação de Recursos para a Execução de Projeto Cultural – Inexecução do Objeto – Imputação de Débito à Pessoa Jurídica e ao seu Sócio-Gerente – Responsabilidade Solidária – Desconsideração da Personalidade Jurídica – Aplicação de Multa – Exclusão da Responsabilidade da Sócia-Minoritária (Tribunal de Contas da União)	354

JURISPRUDÊNCIA

CONCURSO PÚBLICO – Título de “Pioneiros do Tocantins” – Critério para a Concessão de Pontos – Anulação do Certame – Decisão Judicial – Exoneração dos Aprovados – Desnecessidade de Instauração de Processo Administrativo Prévio	361
SERVIDOR PÚBLICO – Abandono de Cargo – Período Superior a Setenta e Cinco Dias – Demissão – Procedimento Sumário – Comissão Disciplinar Composta por Dois Servidores Estáveis – Legalidade – Desnecessidade de Notificação Prévia – Não-Ocorrência de Cerceamento de Defesa – Tratamento contra a Drogadição em Período Posterior às Faltas – Alegação de Ausência do <i>Animus Abandonandi</i> – Não-Comprovação	368
PODER DE POLÍCIA – Sociedade de Economia Mista – Aplicação de Multas de Trânsito – Impossibilidade	376

CELETISTA – Direito ao Adicional por Tempo de Serviço – Expressão “Servidor Público” Prevista em Dispositivo da Constituição de Estado-Membro – Inexistência de Distinção entre Funcionários e Empregados Públicos – Juros de Mora – Índice Aplicável aos Débitos da Fazenda Pública	381
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR – Concurso Público – Edital – Cargo de Tenentes-Capelães do Quadro de Oficiais – Exigência de os Candidatos Serem Cristãos – Propositura de Ação Popular – Alegada Violação ao Princípio da Laicidade do Estado – Inexistência de Ilegalidade ou Lesividade ao Erário – Inadequação da Via Eleita – Autor Carecedor do Direito de Ação	388
PROFESSORA – Embriaguez Habitual – Demissão – Nulidade do Ato – Patologia que Requer Tratamento Especializado – Reintegração – Alegação de Ofensa à Honra e à Imagem – Publicidade Dada ao Ato Administrativo – Divulgação da Condição de Saúde da Docente – Danos Morais Indevidos – Moléstia que Já Era Pública no Âmbito Social da Servidora	391
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – Ressarcimento pelas Operadoras de Planos de Saúde Privados – Constitucionalidade do Art. 32 da Lei nº 9.656/98 – Alegação de Procedimentos Realizados Fora da Área Geográfica de Abrangência do Contrato – Irrelevância – Atendimentos Prestados em Estabelecimentos Hospitalares com Financiamento Público – Obrigação Legal do Ressarcimento	395

ÍNDICE CUMULATIVO AO FINAL

Fórum de Direito Urbano e Ambiental



ISSN 1676-6962

Sumário

DOCTRINA

Artigos

Potencialidades de Curitiba e Região Metropolitana no mercado de <i>commodities</i> ambientais para o estado do Paraná Amrya El Khalili	7
A biodiversidade e seus discursos Arthur Soffiati	18
O dano ambiental potencial Cristiano de Souza Lima Pacheco	28
Desafios da regularização fundiária de assentamentos informais consolidados em áreas urbanas Edésio Fernandes	34
Sustentabilidade, democracia e sinceridade: ideias gêmeas, no útero da mente sustentável Evandro Vieira Ouriques	39
A utilização da enfiteuse no bairro Concórdia em Belo Horizonte: entrave ou oportunidade à cidade-negócio? Junia Maria Ferrari de Lima	43
Regularização fundiária: instrumentos legais de regularização fundiária no contexto das favelas de Belo Horizonte. Gênese e experiência Leonardo Bedê Lotti	56
A tutela penal das águas Maura Roberti	63
Responsabilidade da Administração Pública por dano ambiental Rodrigo Nassif	68
Indústria de tabaco está acima da lei? Sérgio Luis Boeira	73
Sustentabilidade insustentável! Valéria Sucena Hammes	76

Parecer

Suspensão temporária para a aprovação dos estudos de inventário do Rio Chapecó Michele Franco Rosa	79
--	----

Melhores Práticas em Sistema de Gestão de Meio Ambiente e Meio Ambiente do Trabalho

Como controlar a potabilidade de água fornecida em caminhão-pipa? Renata Libânio	85
Tempo de deslocamento até o trabalho pode ser considerado hora extra? Helena da Mata Machado	86

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

Acórdãos na Íntegra

Superior Tribunal de Justiça

Ambiental – Natureza jurídica dos manguezais e marismas – Área de Preservação Permanente – Aterro ilegal de lixo – Responsabilidade civil objetiva – Obrigação <i>propter rem</i> – Papel do juiz na implementação da legislação ambiental – Ativismo judicial. Recurso Especial nº 650.728/SC	89
--	----

Tribunal Regional Federal da 2ª Região

IBAMA – Área de proteção ambiental – Auto de infração – Imposição de multa – Legislação posterior ao fato gerador da autuação – Irretroatividade da lei – Falta de observação aos preceitos legais – Ilegalidade. Apelação Cível e Remessa Oficial nº 2001.51.01.016831-1	94
---	----

Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Direito Ambiental – Extração mineral em Área de Preservação Permanente – Danos prejuízos ambientais – Comprovação – Necessidade de recuperação da área atingida. Apelação Cível nº 2007.71.07.000584-8/RS	97
---	----

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

Atividades sonoras potencialmente poluidoras – Tratamento acústico – Obrigatoriedade – Exceção para templos religiosos – Inconstitucionalidade. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2009 00 2 001564-5102

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

ADI – Lei Municipal nº 4.040/08 – Regularização/convalidação de imóveis localizados em Áreas de Preservação Permanente – Prévia anuência do órgão estadual de controle e política ambiental – Ausência – Inconstitucionalidade – Procedência. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.0000.08.485732-5/000110

Ementário

Ação civil pública	117
Administrativo	118
Aterro sanitário	121
Constitucional	121
Crime ambiental	121
Dano ambiental.....	123
Licenciamento ambiental	123
Parcelamento urbano	126
Preservação permanente.....	126
Processual civil	128
Reserva ambiental.....	131
Responsabilidade civil.....	131
Reparação e recuperação ambiental.....	132
Tombamento	133

Tendências Jurisprudenciais

Ação civil pública.....	135
Aterro sanitário	135
Crime ambiental	135

LEGISLAÇÃO

Informativo de Legislação	137
---------------------------------	-----

ÍNDICE.....	139
-------------	-----

INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES	143
----------------------------------	-----

A Leitura

Caderno da Escola Superior da Magistratura do Estado do Pará

ISSN 1984-1035

A Leitura: cad. ESM-PA, Belém, v.2, n.3, p. 1-124, nov. 2009

Belém/Pará
2009

EDITORIAL	5
REPORTAGEM	7
Homenagem especial pelos 80 anos do professor, filósofo e crítico literário paraense Benedito Nunes	
Benedito Nunes, o iluminista dos trópicos	8
Adriana Klautau Leite	
A França Antártica dos professores.....	11
Benedito Nunes	
ARTIGOS	
Lei nº 11.441, de 04.01.2007 - Aspectos práticos da separação, divórcio, inventário e partilha consensuais.....	18
Zeno Veloso	
Planejamento estratégico do Poder Judiciário: o papel das escolas judiciais	34
Suzy Cavalcante Koury	
Ativismo judicial e devido processo legal substantivo: uma leitura do caso <i>Roe vs. Wade</i> (1973)	42
Paulo Klautau Filho	
Ser ou não ser: outorga conjugal e solidariedade familiar	56
José Fernando Simão	
Provas ilícitas e ilegítimas: distinções fundamentais	68
Luiz Flávio Gomes	
O delito contra a ordem tributária de desobediência e a perseguição criminal	78
Francisco de Assis Santos Lauzid	
A americanização do direito constitucional e seus paradoxos: teoria e jurisprudência constitucional no mundo contemporâneo.....	92
Luís Roberto Barroso	
RESENHAS	
Teoria geral dos direitos fundamentais	120
- por Jean Carlos Dias	
Bioética: temas atuais e seus aspectos jurídicos	122
por Raimundo Wilson Gama Raiol	

Revista **Bonijuris** MARÇO/10

ACÓRDÃOS - INTEIRO TEOR

Pág. XXXII

Festa de Casamento - Fotógrafo - Má Prestação do Serviço - Dano Moral Configurado (TJRS)

Condomínio - Cobrança da Cota em Atraso - Pagamento de Cota Posterior (STJ)

Execução Fiscal - Penhora Sobre o Faturamento da Empresa - Possibilidade (STJ)

Descaminho - Importação de Mercadoria - Não Recolhimento do Imposto (STF)

Auxílio-Educação - Enquadramento como Salário - Impossibilidade (TST)

Advogado - Norma Administrativa do INSS que Limita o Número de Pedidos (TRF/3a. Reg.)

Imposto de Renda - Complementação de Pensão por Morte - Isenção (STJ)

LEGISLAÇÃO

Pág. LV

Emenda Constitucional nº 63/10 - Agente Comunitário de Saúde - Agente de Combate a Endemia - Plano de Carreira - Piso Salarial

Emenda Constitucional nº 64/10 - Alimentação - Direito Social

Lei nº 12.213/10 - Fundo Nacional do Idoso - Doação - Dedução do Imposto de Renda

DOCTRINA

SENTENÇA – EM BUSCA DE UMA NOVA DEFINIÇÃO

Gelson Amaro de Souza

Gelson Amaro de Souza Filho

Pág. V

A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ELEITORAL PARA EXIGIR O CUMPRIMENTO DAS SUAS DECISÕES E A APLICABILIDADE DO CÓDIGO DE PROCESSO COM OS NOVOS COMANDOS DA LEI 11.232/05

Kleber Cazzaro

Pág. XIV

NULIDADES NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO. REGRAS GERAIS DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL E DO PROJETO 156. A NECESSÁRIA LEITURA DO SISTEMA DE INVALIDADES À LUZ DAS CATEGORIAS PRÓPRIAS DO PROCESSO PENAL

Guilherme Rodrigues Abrão

Renata Jardim da Cunha Rieger

Pág. XVIII

ACESSO À JUSTIÇA: INESTIMÁVEL GARANTIA CONSTITUCIONAL

Oriana Piske de Azevedo Magalhães Pinto

Pág. XXV

A INTERPRETAÇÃO DAS IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS SEGUNDO A CONCEPÇÃO NORMATIVA DE RONALD DWORKIN, ROBERT ALEXY E J. J. GOMES CANOTILHO

Joacir Sevegnani

Pág. XVII

CONSELHO EDITORIAL

Coordenador: Luiz Fernando Coelho
 Antonio Carlos Facioli Chedid
 Carlos Alberto Silveira Lenzi
 Carlos Roberto Ribas Santiago
 Clèmerson Merlin Clève
 Edésio Franco Passos
 Hélio de Melo Mosimann
 Humberto D'Ávila Rufino
 Jacinto Nelson de Miranda Coutinho
 João Casillo
 João Oreste Dalazen
 Joel Dias Figueira Júnior
 Manoel Antonio Teixeira Filho
 Manoel Caetano Ferreira Filho
 Maximiliano Nagl Garcez
 Rolf Koerner Júnior
 Zeno Simm

DIRETOR

Luiz Fernando de Queiroz

CONSELHO DE PESQUISADORES

André Barbieri Souza
 Carlos Oswaldo M. Andrade
 Eduardo Cambi
 Elionora Harumi Takeshiro
 Geison de Oliveira Rodrigues
 Geraldo Vaz da Silva
 José Lúcio Glomb
 Joseph Ernst Gardemann Filho
 Luciano Augusto de Toledo Coelho
 Luiz Carlos da Rocha
 Luiz Salvador
 Maria de Lourdes Cardon Reinhardt
 Paula Tiemi Toyofuku
 Rafael Cessetti
 Rogério Distéfano
 Roland Hasson
 Sérgio de Aragon Ferreira
 Solange Roessle
 Yoshihiro Miyamura

Sumário

DOCTRINA

Sentença - Em Busca de Uma Nova Definição 05
Gelson Amaro de Souza
Gelson Amaro de Souza Filho
A Competência da Justiça Eleitoral para Exigir o Cumprimento das Suas Decisões e a Aplicabilidade do Código de Processo com os Novos Comandos da Lei 11.232/05 14
Kleber Cazzaro
Nulidades no Processo Penal Brasileiro. Regras Gerais do Código de Processo Penal e do Projeto 156. A Necessária Leitura do Sistema de Invalidades à Luz das Categorias Próprias do Processo Penal 18
Guilherme Rodrigues Abrão
Renata Jardim da Cunha Rieger
Acesso à Justiça: Inestimável Garantia Constitucional 25
Oriana Piske de Azevedo Magalhães Pinto
A Interpretação das Imunidades Tributárias Segundo a Concepção Normativa de Ronald Dworkin, Robert Alexy e J. J. Gomes Canotilho 27
Joacir Sevegnani

ACÓRDÃO EM DESTAQUE

Concordata Suspensiva - Ausência de Pagamento de Tributos - Concessão - Possibilidade (STJ) ..31

INTEIRO TEOR

Festa de Casamento - Fotografia - Má Prestação do Serviço - Dano Moral Configurado (TJ/RS) . 33
 Condomínio - Cobrança da Cota em Atraso - Pagamento de Cota Posterior (STJ) 34
 Execução Fiscal - Penhora Sobre o Faturamento da Empresa - Possibilidade (STJ) 35
 Descaminho - Importação de Mercadoria - Não Recolhimento do Imposto (STF) 38
 Auxílio-Educação - Enquadramento como Salário - Impossibilidade (TST) 38
 Advogado - Norma Administrativa do INSS que Limita o Número de Pedidos (TRF/3a. Reg.) . 41
 Imposto de Renda - Complementação de Pensão por Morte - Isenção (STJ) 42

EMENTÁRIO

Civil - Comercial 45
 Imobiliário 46
 Processo Civil 47
 Penal - Processo Penal 49
 Trabalhista - Previdenciário 50
 Administrativo - Constitucional 52
 Tributário 53

LEGISLAÇÃO

Emenda Constitucional nº 63/10 - Agente Comunitário de Saúde - Agente de Combate a Endemia - Plano de Carreira - Piso Salarial 55
 Emenda Constitucional nº 64/10 - Alimentação - Direito Social 55
 Lei nº 12.213/10 - Fundo Nacional do Idoso - Doação - Dedução do Imposto de Renda 55

COMO DECIDEM OS TRIBUNAIS

A Boa-Fé Objetiva nas Relações Condominiais 56
André Luiz Junqueira

EVENTOS/NOTÍCIAS 58

Revista da
AJURIS

ASSOCIAÇÃO DOS JUÍZES DO RIO GRANDE DO SUL

DOUTRINA
JURISPRUDÊNCIA COMENTADA
PALESTRAS E CONFERÊNCIAS
PONTO DE VISTA

ANO XXXVI - Nº 116
DEZEMBRO DE 2009

DOCTRINA NACIONAL

ALEXANDRE FREIRE PIMENTEL

Tipologia quinária das ações na era do sincretismo processual: a eficácia executiva da sentença declaratória e os efeitos preponderantes da sentença condenatória 13

ANDRÉ LUIZ JUNQUEIRA

A boa-fé objetiva nas relações condominiais 33

BENEDICTO DE VASCONCELOS LUNA GONÇALVES PATRÃO

O princípio da afetividade na tutela da diversidade familiar: a hipótese de concorrência sucessória entre o cônjuge supérstite e os descendentes híbridos na partilha de bens 39

CÁSSIO BENVENUTI DE CASTRO

Decadência da potestade invalidante do ato administrativo 55

CÉSAR AUGUSTO SILVA DA SILVA E VIVIANE MOZINE RODRIGUES

O direito internacional dos refugiados: a práxis do reassentamento solidário no Brasil 95

CLARISSA FRANZOI DRI

Antiformalismo jurídico versus jusnaturalismo: uma releitura crítica 113

DARCI GUIMARÃES RIBEIRO

A garantia constitucional do contraditório e as presunções contidas no § 6º do art. 273 do CPC 129

GUSTAVO ANDRÉ OLSSON

Apontamentos sobre a aplicação da análise econômica do direito no estudo da legislação criminal e das condutas sociais indesejadas 151

INGO WOLFGANG SARLET E SELMA RODRIGUES PETERLE

A prisão civil do depositário infiel no ordenamento jurídico-constitucional brasileiro: evolução e perspectivas em face da recente orientação adotada pelo STF

173

IVAN FERNANDO DE MEDEIROS CHAVES

Sentença penal e reparação mínima, uma visão crítica

199

JOSÉ GUILHERME BERMAN

Ativismo judicial, judicialização da política e democracia

209

JULIANA FLÁVIA MATTEI

O direito fundamental ao meio ambiente e sua eficácia e efetividade enquanto direito à organização e ao procedimento

227

LARISSA DE OLIVEIRA COSTA

Princípio da preservação dos recursos naturais na unidade fundiária

251

RICHARD PAE KIM

Neoconstitucionalismo – hermenêutica constitucional e atividade jurisdicional na tutela dos direitos do cidadão

269

TULA WESENDONCK

Transformações no sistema de ilícitudes no Código Civil de 2002

291

DOCTRINA ESTRANGEIRA

MÁRIO FROTA

Por um Código de Processo Colectivo em Portugal

321

PALESTRAS E CONFERÊNCIAS

EMÍLIO GARCÍA MENDEZ

O judiciário e a concretização dos direitos humanos

355

PONTO DE VISTA

MÁRIO ROCHA LOPES FILHO

Não ao arbítrio, uma decisão histórica

365

Revista

BRASILEIRA DE
Ciências Criminais

Ano 17 • n. 81 • nov.-dez. / 2009

Coordenadora

ANA ELISA LIBERATORE S. BECHARA

Instituto Brasileiro de Ciências Criminais
Publicação oficial do



I. DIREITO PENAL

1. Corrupción y derecho penal: nuevos perfiles, nuevas respuestas
 IGNACIO BERDUGO GÓMEZ DE LA TORRE E EDUARDO A. FABIÁN
 CAPARRÓS 7
2. Apontamentos para umas reflexões mínimas e tempestivas sobre o direito penal de hoje
 JOSÉ DE FARIA COSTA 36
3. La corrupción en el sector privado: iniciativas internacionales y derecho comparado
 LUIGI FOFFANI 48
4. Limites à liberdade de expressão
 MIGUEL REALE JÚNIOR 61
5. Reincidência e repressão penal
 RICARDO FREITAS 92
6. Súmula vinculante em matéria penal
 SÉRGIO SÉRVULO DA CUNHA 139

II. PROCESSO PENAL

1. Em busca do devido processo na execução penal
 CLÁUDIO DO PRADO AMARAL 161

III. CRIME E SOCIEDADE

1. Linchamentos, amarradores de chuva e cólera social: fúteis sociais que saltam em Moçambique
 CARLOS SERRA 195
2. A proposta restaurativa em face da realidade criminal brasileira
 CLÁUDIA CRUZ SANTOS 209

3. El grotesco de la penología contemporánea MASSIMO PAVARINI	230
4. Corpo, espaço e cidade: tensão e violência na formação da cidade de São Paulo PAULO ENDO	280
5. Criminologia cultural, complexidade e as fronteiras de pesquisa nas ciências criminais SALO DE CARVALHO	294
6. O controle penal no capitalismo globalizado VERA REGINA PEREIRA DE ANDRADE.....	339

IV. SEÇÃO ESPECIAL: DIREITOS HUMANOS

1. La anulaci3n de las leyes de impunidad frente a cr3menes de lesa humanidad en la Argentina DANIEL EDUARDO RAFECAS.....	357
2. Adolescentes em conflito com a lei, privados de liberdade e o direito a visitas íntimas. Garantia dos direitos sexuais do socioeducando, no marco dos Direitos Humanos WANDERLINO NOGUEIRA NETO.....	385

ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO

AUTORES	408
TEMAS.....	409

IBCCRIM – DIRETORIA DA GESTÃO 2009-2010 412

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES..... 414

IMPORTANTE: Este número da *Revista Brasileira de Ciências Criminais* reúne diversos artigos que refletem os temas debatidos do 15º *Seminário Internacional de Ciências Criminais*, realizado pelo IBCCRIM entre os dias 25 a 28.08.2009 (com exceção do artigo do Prof. Miguel Reale Jr.). São renomados juristas nacionais e internacionais que abrilhantaram o evento e que agora dividem com os assinantes da Revista as suas reflexões sobre temas atuais e polêmicos.

Revista Brasileira
de
Estudos Políticos

98

JULHO / DEZEMBRO DE 2008

SUMÁRIO

Il Delitto di Riciclaggio nel Sistema Penale Italiano (II) <i>Luigi Domenico Cerqua</i>	7
Teoria do Contrato Plurilateral de Previdência Complementar <i>Milton Vasques Thibau de Almeida</i>	39
O Tombamento como Instrumento de Proteção ao Patrimônio Cultural <i>Alexandre Ferreira de Assumpção Alves</i>	65
O Silêncio no Ato e no Negócio Jurídico <i>Érico Andrade</i>	99
O Estado Democrático de Direito Pós-Providência Brasileiro em busca da Eficiência Pública e de uma Administração Pública mais Democrática <i>Onofre Alves Batista Júnior</i>	119
O Federalismo Dualista e Competitivo: A Concepção Norte-Americana e suas Possíveis Influências no Modelo Brasileiro <i>Wilba Lúcia Maia Bernardes</i>	159
Norma Jurídica e Lei são Figuras Teóricas Diferentes <i>Sacha Calmon Navarro Coelho</i>	175
Proposta para uma Nova Metodologia do Ensino Jurídico: A sistematização coletiva do conhecimento <i>Marcos Vinício Chein Feres</i>	205
Análise Econômica do Direito e Direito de Concorrência Brasileiro <i>João Bosco Leopoldino da Fonseca</i>	231
Vias da Modernização Jurídica Brasileira: A cultura jurídica e os perfis dos juristas brasileiros do século XIX <i>Ricardo Marcelo Fonseca</i>	257
O Pórtico e o Fórum: Diálogos e confluências entre o estoicismo e o Direito Romano Clássico <i>Andityas Soares de Moura Costa Matos</i>	295
Uma recordação da Retórica no Fedro de Platão ou a Força de Resposta do Discurso Juspolítico Inspirado na Idéia de Justiça <i>Maria Helena Damasceno e Silva Megale</i>	337
A Política Externa Brasileira e as Operações de Paz <i>Shiguenoli Miyamoto</i>	361
Em Torno da Invalidez do Acordo Manifestamente Desproporcional <i>Alexandre Pimenta Batista Pereira</i>	395
Estudo Comparado sobre os Aspectos Legais dos Contratos Eletrônicos no Brasil <i>Carlos Alberto Rohrmann & Miriam de Abreu Machado e Campos</i>	411
O Direito no Brasil Colônia à Luz da Inconfidência Mineira <i>Karine Salgado</i>	479
Présentation de l'encyclique de Benoît XVI <i>Michel Schooyans</i>	495
A Farça do Aborto Legal <i>Walter Moraes</i>	505



**REVISTA DE
DIREITO
CONSTITUCIONAL
E INTERNACIONAL**

*Cadernos de Direito Constitucional
e Ciência Política*

ANO 17 • OUTUBRO-DEZEMBRO • 2009 • 69

SUMÁRIO

I. DOCTRINA NACIONAL

1. Do assistente de acusação: o (des)assistido pela Constituição
BERNARDO MONTALVÃO VARJÃO DE AZEVEDO 9
2. O vice-prefeito e o princípio da inacumulabilidade de cargo público
CALIL SIMÃO NETO 49
3. A teoria discursiva do direito e as ações afirmativas no Brasil: uma construção procedimental do princípio da igualdade no Estado Democrático de Direito
EDER BOMFIM RODRIGUES 65
4. A teoria das restrições dos direitos fundamentais
EDUARDO RIBEIRO MOREIRA 86
5. Improbidade administrativa à luz da hermenêutica constitucional
FERNANDO RODRIGUES MARTINS 110
6. Brasil em autopoiese no papel da segurança latino-americana: da estagnação à reinvenção de uma nova visada estratégica
GISELA BIACCHI EMANUELLI 147
7. A Constituição Federal de 1988 e o princípio da moralidade do *caput* do art. 37
LICÍNIA ROSSI CORREIA DIAS (167
8. Identidade nacional: vínculo e pertencimento e os sentidos da liberdade
MARIA GARCIA 194
9. O esporte como direito fundamental e como instrumento de políticas públicas, sociais, educacionais e de promoção de saúde, à luz do direito
MARCO AURÉLIO PAGANELLA 206

10. Ausência de monopólio no serviço público de transporte coletivo urbano ORLANDO LUIZ ZANON JUNIOR	239
11. Ineficácia do controle de constitucionalidade brasileiro: o Código Brasileiro de Aeronáutica e o “abate” dos direitos fundamentais. Instituição do direito penal do inimigo PAOLA FRASSINETTI ALVES DE MIRANDA	260
12. O assentimento prévio do Conselho de Defesa Nacional na faixa de fronteira RENATA DE SOUZA FURTADO	292
13. Traços de conjugação entre o neoconstitucionalismo e a óptica cosmopolita: “desvios” para um Estado constitucional cooperativo no Brasil VALÉRIA RIBAS DO NASCIMENTO	315

II. JURISPRUDÊNCIA

1. Supremo Tribunal Federal

PENA – Crime hediondo – Entorpecente – Tráfico – Substituição de reprimenda privativa de liberdade por restritiva de direitos – Inadmissibilidade – Redação original do art. 2.º, § 1.º, da Lei 8.072/1990 que, ao impedir a progressão de regime prisional, proibia, implicitamente, a aplicação do benefício previsto no art. 44 do CP – Inexistência de aplicação retroativa do art. 44, *caput*, da Lei 11.343/2006, uma vez que o sistema jurídico anterior à sua vigência já não permitia a substituição de penas aos delitos considerados hediondos e a eles equiparados. REGIME PRISIONAL – Progressão – Crime hediondo – Sentenciado condenado antes da vigência da nova redação dada ao art. 2.º, §§ 1.º e 2.º, da Lei 8.072/1990 pela Lei 11.464/2007 – Circunstância que não retira a obrigatoriedade do preenchimento dos requisitos estabelecidos pela nova ordem jurídica instaurada sobre o tema – Observância ao dispostos no art. 5.º, XLIII, da CF. – STF – HC 89.976-5/RJ – Sessão Plenária – v.u. – rel. Min. Ellen Gracie

PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA – Aplicabilidade – Descaminho – Valor do tributo não recolhido menor do que aquele previsto para arquivamento, sem baixa na distribuição, de autos de ações fiscais de débitos inscritos como Dívida Ativa da União – Inexistência de lesividade na conduta do acusado – Trancamento da ação penal por falta de justa causa que se impõe. – STF – HC 96.309-9/RS – 1.ª T. – v.u. – rel. Min. Cármen Lúcia	350
--	-----

III. RESENHAS

1. Sérgio Fernando Moro. *Desenvolvimento e efetivação judicial das normas constitucionais*. São Paulo: Max Limonad, 2001, 141p.
DINARA DE ARRUDA OLIVEIRA 359
2. Patrícia Luciane de Carvalho. *Patentes farmacêuticas e acesso a medicamentos*. São Paulo: Atlas, 2009, 216p.
MARISTELA BASSO 362

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES.....	367
--	-----



Revista de
PROCESSO

RePro 179

ano 35 • janeiro • 2010

I. DOCTRINA NACIONAL

1. Ação popular e lesividade
MARCELO SANTIAGO DE PADUA ANDRADE 9
2. O instituto da revelia visto sob o enfoque da instrumentalidade do processo
CRISTIANE DRUVE TAVARES FAGUNDES 40
3. A nova redação do *caput* do art. 522 do CPC (Lei 11.187/2005) e o recurso cabível da decisão acerca da dinamização dos ônus probatórios
ARTUR THOMPSEN CARPES 89

II. DOCTRINA INTERNACIONAL

1. As concordatas e o impacto político dos sistemas de reconhecimento das decisões eclesiásticas em matéria matrimonial
PAULA COSTA E SILVA E JOÃO DE OLIVEIRA GERALDES 109

III. DIREITO COMPARADO

1. O regime processual das causas repetitivas
LEONARDO JOSÉ CARNEIRO DA CUNHA 139
2. A técnica processual da tutela sumária no direito italiano
ÉRICO ANDRADE 175

IV. ATUALIDADES NACIONAIS

1. Limitações processuais à tutela judicial do direito à saúde
JADER FERREIRA GUIMARÃES E WILSON JOSÉ WITZEL 217

V. JURISPRUDÊNCIA

1. Supremo Tribunal Federal
JUIZADOS ESPECIAIS – Decisão interlocutória – Interposição de agravo de instrumento ou de mandado de

segurança – Inadmissibilidade – Conteúdo decisório irrecorrível, tendo em vista a promoção da celeridade no processamento e julgamento de causas cíveis de menor complexidade – *Decisum* que poderá ser impugnado quando da interposição de recurso inominado – Inexistência de afronta ao princípio da ampla defesa. – STF – RE 576.847-3/BA – Sessão Plenária – m.v. – rel. Min. Eros Grau 237

2. Superior Tribunal de Justiça

EXECUÇÃO FISCAL – Fiança bancária – Levantamento da garantia condicionado ao trânsito em julgado da respectiva ação – Inteligência dos arts. 9.º, § 3.º, 15, I, e 32, § 2.º, da Lei 6.830/1980. – STJ – REsp 1.033.545/RJ – 1.ª T. – v.u. – rel. Min. Luiz Fux 241

MEDIDA CAUTELAR – Exibição de documento – Confissão ficta – Inaplicabilidade do art. 359 do CPC. – STJ – REsp 1.094.846/MS – 2.ª Seção – v.u. – rel. Min. Carlos Fernando Mathias, juiz federal convocado do TRF-1.ª Reg. 247

PENHORA ON-LINE – Execução fiscal – Construção incidente sobre ativos financeiros por meio de solicitação ao Banco Central do Brasil – Admissibilidade – Medida que, por si só, não viola o princípio da menor onerosidade, mormente se o executado não comprovar, inequivocamente, os prejuízos a serem efetivamente suportados em se concretizando o gravame – Aplicação imediata do art. 655-A do CPC, com a redação dada pela Lei 11.382/2006, às decisões proferidas após sua vigência. – STJ – AgRg no REsp 1.103.760/CE – 2.ª T. – v.u. – rel. Min. Herman Benjamin 254

VI. CONFERÊNCIAS

1. Processo civil brasileiro e codificação
CARLOS ALBERTO ALVARO DE OLIVEIRA 261

VII. PARECERES

1. Arbitragem, ação de consignação e a suspensão do procedimento executivo
FABIANO CARVALHO 273

VIII. TRABALHOS FORENSES

1. Denominação equivocada de decisão judicial pelo órgão jurisdicional. Aplicação do princípio da fungibilidade recursal. Recurso especial fundado em divergência jurisprudencial. Cotejo analítico
ROGERIO LICASTRO TORRES DE MELLO 305

IX. NOTAS E COMENTÁRIOS

1. O projeto (inconstitucional) de lei processual dos Tribunais de Contas
ADERBAL TORRES DE AMORIM 317
2. Reflexões sobre a justiça atual: a insuficiência/ausência dos critérios de justiça almejados e os instrumentos de standardização e bloqueio de acesso à justiça
DALTON SAUSEN 336
3. Procedimentos especiais: peculiaridades processuais da ação civil pública, do mandado de segurança e da ação de consignação em pagamento
FRANCISCO A. DE BARROS E SILVA NETO 360

X. RESENHAS

1. Ação rescisória, de Zaiden Geraige Neto
LUIZ MANOEL GOMES JUNIOR 375
2. Neoconstitucionalismo e neoprocessualismo – direitos fundamentais, políticas públicas e protagonismo judiciário, de Eduardo Cambi
LUIZ MANOEL GOMES JUNIOR 378
3. Direito intertemporal no processo civil: as normas e situações processuais com natureza de direito material, de Lucas Rister de Sousa Lima
PEDRO MIRANDA DE OLIVEIRA 381

4. O moderno processo civil, de Neil Andrews LUIZ MANOEL GOMES JUNIOR	384
XI. RESUMOS	387
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	391
CONSELHEIROS HOMENAGEADOS.....	397
NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES.....	398



Interesse Público

Ano XII - 2010 - Nº 59

Conselho Editorial

Presidente: Prof. Juarez Freitas (PUC/RS, UFRGS,
Instituto Brasileiro de Altos Estudos de Direito Público)

Profa. Antonia Pereira (PUC/SP e Pres. do IBDM)

Prof. Carlos Ari Sundfeld (SBDP e FGV/SP)

Ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha (STF)

Dr. Cezar Miola (Conselheiro do TCE/RS)

Prof. Clèmerson Merlin Clève (UFPR e UNIBRASIL)

Prof. Cezar Britto (Presidente do Conselho Federal da OAB)

Prof. Clovis Beznos (PUC/SP e Pres. do IBDA)

Prof. Fabrício Motta (IGDA)

Prof. Fernando Facury Scaff (UFPA)

Profa. Germana de Oliveira Moraes (UFC)

Prof. Heleno Taveira Tôrres (USP)

Conselheiro Helio Saul Mileski (TC/RS)

Prof. Ingo Wolfgang Sarlet (PUC/RS)

Prof. Igor Danilevicz (UFRGS e PUCRS)

Prof. Des. João Batista Gomes Moreira (TRF 1ª)

Ministro José Augusto Delgado (STJ)

Prof. Luís Roberto Barroso (UERJ)

Prof. Marcelo Figueiredo (PUC/SP)

Prof. Márcio Cammarosano (PUC/SP e Pres. do IBDE)

Dr. Oscar Breno Stahnke (DPM)

Prof. Paulo Afonso Leme Machado (UNIMEP)

Prof. Paulo Bonavides (UFC)

Prof. Paulo Caliendo da Silveira (PUC/RS)

Prof. Paulo Ferreira da Cunha (Universidade do Porto)

Prof. Paulo Modesto (UFBA e UNIFACS)

Prof. Rodrigo Valgas (IDASC)

Prof. Romeu Felipe Bacellar Filho (UFPR e PUC/PR)

Coordenador-Geral

Prof. Alexandre Pasqualini

(IDARGS, AJURIS)



DOCTRINA

Seção de Administrativo, Constitucional, Previdenciário, Processual Civil e Ambiental

- A americanização do direito constitucional e seus paradoxos: teoria e jurisprudência constitucional no mundo contemporâneo
Luís Roberto Barroso 13
- Crédito consignado e Administração Pública
Carlos Ari Sundfeld, Rodrigo Pinto de Campos 57
- Ações coletivas relativas a direitos individuais homogêneos e o Projeto de Lei nº 5.139/2009
José Maria Tesheiner 67
- Controle jurisdicional dos atos políticos e administrativos na saúde pública
Raquel Melo Urbano de Carvalho 83
- Aspectos polêmicos da nova Lei do Mandado de Segurança: Lei nº 12.016/09
Paulo Henrique dos Santos Lucon 125
- Aspectos de direito público na nova Lei de Mandado de Segurança
Rafael Vêras de Freitas 137
- Nexo causal e excludentes da responsabilidade extracontratual do Estado
Rodrigo Valgas dos Santos 161
- Ejecución de la sentencia anulatória – una mirada al derecho comparado con la preocupación por el contencioso administrativo uruguayo
Augusto Durán Martínez 183
- Sobre o reconhecimento de uma adoção alemã de maiores no Brasil
Erik Jayme 205

Seção de Direito Tributário

- O direito fundamental à boa administração pública e seu diálogo com o direito tributário
Felipe Esteves Grandó 215

Seção de Direito Municipal

- Regularização fundiária como política pública permanente: teoria e prática
Simone Somensi, Vanêsa Buzelatto Prestes 229

Seção de Tribunais de Contas (Controle Externo)

Eficiência na educação Cezar Miola.....	251
--	-----

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

Acórdãos na Íntegra

Supremo Tribunal Federal

ADI – Impugnação dos arts. 19, 20 e 21 da Lei Estadual nº 14.083/SC – Regras gerais – Concursos públicos para ingresso e remoção na atividade notarial e de registro – Violação do disposto no art. 37, II, e no art. 236, § 3º, da Constituição do Brasil. Ação Direta de Inconstitucionalidade 3.978/SC.....	259
--	-----

Superior Tribunal de Justiça

Poder de polícia – Trânsito – Sanção pecuniária aplicada por sociedade de economia mista – Impossibilidade. Recurso Especial nº 817.534/MG.....	267
---	-----

Superior Tribunal de Justiça

Policial civil – Estágio probatório – Não aprovação – Exoneração – Possibilidade – Processo administrativo com todas as formalidades – Desnecessidade – Estabilidade – Condição que não afasta a submissão ao estágio probatório do novo cargo. Recurso em Mandado de Segurança nº 20.934/SP.....	275
---	-----

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Contribuição para o PASEP – Municípios – Obrigatoriedade – Possibilidade de retenção do FPM – Necessidade de lançamento do crédito tributário. Apelação Cível nº 2000.01.00.049583-4/MG.....	285
--	-----

Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Licitação (modalidade pregão) – Registro de preços – Revisão das condições contratuais – Impossibilidade – Pena de suspensão temporária de participar de licitação – Cabimento. Apelação em Mandado de Segurança nº 59511/RJ.....	289
---	-----

Ementário.....	293
----------------	-----

Índice alfabético-remissivo.....	329
----------------------------------	-----

Instruções para os autores.....	333
---------------------------------	-----

Revista Jurídica®

ANO 58 – JANEIRO DE 2010 – Nº 387

REPOSITÓRIO AUTORIZADO DE JURISPRUDÊNCIA

Supremo Tribunal Federal: 03/85

Superior Tribunal de Justiça: 09/90

Tribunais Regionais Federais 1ª, 2ª e 4ª Regiões

SUMÁRIO

07 *Editorial*

Doutrina Cível

- 11 Ada Pellegrini Grinover
(Direito à Prova no Âmbito Administrativo)
- 23 José Maria Tesheiner
(Liquidação e Execução Coletivas Relativas a Valores não Cobrados pelos Titulares de Direitos Individuais Homogêneos (Código do Consumidor, art. 100))
- 27 Luis Guilherme Aidar Bondioli
(A Nova Técnica de Julgamento dos Recursos Extraordinário e Especial Repetitivos)
- 53 Rolf Madaleno
(O Fundo de Comércio do Profissional Liberal na Meação Conjugal)
- 67 Tiago Bitencourt de David
(O Sujeito(Ado) como Objeto de Proteção do Direito: Breves Comentários a Respeito do Direito Privado à Luz da Função Promocional da Constituição Federal de 1988)

Doutrina Penal

- 89 Daniel Gerber e Rafael Braude Canterji
(Prisões Cautelares: Entre a Necessidade e a Possibilidade)
- 97 João Marcos Buch
(A Culpabilidade como Limitação do Poder de Punir e não como Fundamento da Pena)

Jurisprudência Cível

- 113 Superior Tribunal de Justiça
- 119 Superior Tribunal de Justiça
- 127 Superior Tribunal de Justiça
- 133 Ementário Cível

Jurisprudência Penal

- 163 Supremo Tribunal Federal
- 167 Ementário Penal

Sinopse de Mudanças Legislativas

- 175 Legislação Relevante de Janeiro de 2010
(Ementário)

Índice Alfabético-Remissivo

- 177 Cível
- 181 Penal

Revista

Jurídica Tributária

ANO 2 – OUTUBRO/DEZEMBRO DE 2009 – Nº 7

SUMÁRIO

07 *Editorial*

Doutrina Nacional

- 11 Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
*(A Aplicação da Lei Tributária no Tempo:
A Irretroatividade da Lei)*
- 37 Hélio Sílvio Ourém Campos
*(Das Leis Reforçadas no Brasil – Uma Lembrança da Doutrina
Europeia. Aspectos Tributários)*
- 63 Vladimir da Rocha França
*(Notas Sobre a Decadência da Invalidação de Contrato de
Locação de Imóvel Urbano Particular pela Administração
Municipal e o Uso dos Créditos do Locador Privado na
Compensação com Débitos Tributários Executados no Município
do Natal/RN)*
- 79 Andrei Pitten Velloso
(A Proibição de Tributos com Efeitos de Confisco na Alemanha)
- 95 Gustavo Fossati
*(A Contribuição ao INCRA nas Perspectivas da Referibilidade e
da Solidariedade)*
- 113 Letícia Mary Fernandes do Amaral
*(Alianças Estratégicas e Instalação de Empresas Estrangeiras
no Brasil: Considerações Legais e Tributárias)*
- 129 Auta Alves Cardoso
*(Da Concessão de Regimes Especiais pelas Autoridades Fiscais –
Motivos Autorizadores e Consequências Jurídicas)*
- 153 Francisco Luiz Fernandes
*(A Lesão aos Direitos Individuais Homogêneos com a Supressão do
Estatuto do Contribuinte)*

Doutrina Estrangeira

- 183 Giuseppe Tinelli
(Tributação Sobre Rendimentos Empresariais na Itália)

Parecer

- 225 Sacha Calmon
(O Fenômeno Jurídico Tributário)

Atualidades Tributárias

- 275 José Augusto Delgado
(Decisões do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, nos Meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2009, que Merecem Ser Destacadas)

Jurisprudência Recente

- 305 Supremo Tribunal Federal
311 Superior Tribunal de Justiça
313 Superior Tribunal de Justiça
321 Superior Tribunal de Justiça
329 Ementário de Jurisprudência

Sinopse de Mudanças Legislativas

- 365 Legislação Relevante
369 ***Índice Alfabético-Remissivo***

Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil

Ano VI

Número 34

Repositório Autorizado de Jurisprudência
Superior Tribunal de Justiça – nº 63/2008

Sumário

Doutrina

1. Arbitragem: Algumas Interações entre o Direito Material e o Direito Processual – Função Social do Contrato, Ética na Arbitragem e Abuso Processual
Flávio Tartuce 5
2. Locação: Inovações da Lei nº 12.112/2009
Jesualdo Eduardo de Almeida Júnior 30
3. Além da Execução Provisória
Clito Fornaciari Júnior 39
4. Penhora: Questões sobre sua Averbação no Registro de Imóveis (Parte I)
Luciano Lopes Passarelli 43

Convênio Magister/OAB-MG

Concurso Ética na Advocacia

- 1º Lugar Profissional – Honorários de Advogado Contratuais e seus Limites em Face do Código de Ética
Leonardo Wanderlei Almeida 66
- 1º Lugar Acadêmico – Advocacia *Pro Bono*: Assistencialismo ou Compromisso Social?
Theresa Raquel Bethônico Corrêa 71

Em Evidência

1. Os Juizados Especiais da Fazenda Pública – Lei nº 12.153, de 22.12.2009
Humberto Theodoro Júnior 75

Jurisprudência

1. Supremo Tribunal Federal – JECs. Reclamação para o STJ. Cabimento
Relª Minª Ellen Gracie 93
2. Superior Tribunal de Justiça – Honorários Advocatícios. Acordo sem a Participação do Advogado. Incidência dos Arts. 23 e 24 da Lei nº 8.906/94
Rel. Min. Nilson Naves 105
3. Superior Tribunal de Justiça – Vício Redibitório. Vício de Consentimento. Distinção
Relª Minª Nancy Andrighi 108
4. Superior Tribunal de Justiça – Recurso Especial. Valoração da Prova. Possibilidade
Rel. Des. Conv. Celso Limongi 115

5. Tribunal Regional Federal da 2ª Região – Execução Fiscal. Diligência Infrutífera no BACENJUD. Repetição. Ausência de Fato Novo. Impossibilidade <i>Relª Desª Fed. Lana Regueira</i>	119
6. Tribunal de Justiça do Distrito Federal – Cabos Eleitorais. Descumprimento de Promessa de Emprego. Distribuição de Panfletos Demonstrando o Inconformismo. Falta de Ofensa à Dignidade do Deputado. Dano Moral Indevido <i>Rel. Juiz César Loyola</i>	124
7. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul – Exceção de Pré-Executividade em Cumprimento de Sentença. Possibilidade <i>Relª Desª Marilene Bonzanini Bernardi</i>	128
8. Tribunal de Justiça de São Paulo – Responsabilidade Civil. Concurso Público. Condomínio. Porteiro que se Nega a Receber Convocação de Morador para Investidura em Cargo Público. Dano Moral Indenizável sem o Pagamento de Vencimentos do Cargo <i>Rel. Des. Ênio Santarelli Zuliani</i>	131
9. Divergência Jurisprudencial	139
10. Ementário	140
11. Julgados da OAB – CF/TED	158
Sinopse Legislativa	161
Destaques dos Volumes Anteriores	162
Índice Alfabético-Remissivo	163

Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal

Ano VI

Número 33

Repositório Autorizado de Jurisprudência
Supremo Tribunal Federal – nº 38/2007
Superior Tribunal de Justiça – nº 58/2006

Sumário

Doutrina

1. O Termo de Ajustamento de Conduta Ambiental e os Efeitos no Exercício da Ação Penal Pública
Rômulo de Andrade Moreira 5
2. A Prisão em Decorrência da Condenação Recorrível, a Constituição Federal/88, a Nova Reforma do Processo Penal e o Fim da Chamada Execução Provisória da Pena
Marcellus Polastri Lima 12
3. Legítima Defesa Putativa
Roberto Victor Pereira Ribeiro 25
4. Culpabilidade e Livre-Arbitrio Novamente em Questão: os Influxos da Neurociência sobre o Direito Penal
Pablo Rodrigo Alflen da Silva 29
5. Os Elementos Indiciários como Forma Jurídica de uma Desconstrução do Mito da Verdade Real no Processo Penal
Fabiano Kingeski Clementel 36
6. O Infanticídio e a Problemática da sua Autonomia Típica
Fernanda Cruz da Fonseca e Carlos André da Conceição Costa 49
7. Revalorização da Vítima e a Reparação do Dano no Processo Penal Brasileiro: Breves Considerações
Renata Jardim da Cunha Rieger e Rodrigo Oliveira de Camargo 62

Em Evidência

1. Crimes Contra a Liberdade Sexual, em Face da Nova Lei
Fernando da Costa Tourinho Filho 78
2. Ação Penal nos Crimes Contra a Dignidade Sexual Após a Lei nº 12.015/09
Leonardo Barreto Moreira Alves 85

Jurisprudência

1. Supremo Tribunal Federal – Apelação em Liberdade. Indeferimento. Tóxicos. Gravidade do Crime. Razões que Não Autorizam a Prisão Cautelar
Rel. Min. Cezar Peluso 95
2. Superior Tribunal de Justiça – Arma de Fogo Desmuniçada. Porte Ilegal. Atipicidade da Conduta
Rel. Min. Nilson Naves 101
3. Superior Tribunal de Justiça – Estelionato. Princípio da Insignificância. Aplicação
Rel. Min. Nilson Naves 108

4. Superior Tribunal de Justiça – Roubo (Figura Qualificada). Emprego de Arma (Não Apreensão). Prova do Emprego e da Eficácia da Arma (Ausência) <i>Rel. Min. Nilson Naves</i>	114
5. Tribunal Regional Federal da 2ª Região – Corrupção Passiva Qualificada. Concessão Irregular de Benefício Previdenciário. Tentativa de Peculato–Furto. <i>Postfactum</i> Impunível. Princípio da Consumção <i>Rel. Des.ª Fed. Maria Helena Cisne</i>	119
6. Tribunal de Justiça de Minas Gerais – Ameaça. Delito Caracterizado. Violência Moral. Intenção de Perturbar a Liberdade Psíquica e a Tranquilidade da Vítima <i>Rel. Des. Edival José de Moraes</i>	127
7. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul – Porte de Arma Branca. Regulamentação Inexistente. Atipicidade da Conduta <i>Rel.ª Juíza Cristina Pereira Gonzales</i>	130
8. Tribunal de Justiça de São Paulo – Transação Penal. Art. 309 do CTB. Intimação do Autor do Fato. Remessa dos Autos à Justiça Comum. Jurisdição do Juizado Especial Não Esgotada <i>Rel. Des. Paulo Alcides</i>	136
9. Divergência Jurisprudencial	139
10. Ementário	140
Sinopse Legislativa	161
Destaques dos Volumes Anteriores	162
Índice Alfabético-Remissivo	163

REVISTA
TRIBUTÁRIA

E DE FINANÇAS PÚBLICAS

Ano 18 - 90 - janeiro-fevereiro 2010

I. DOCTRINA NACIONAL

1. Análise econômica e social da penhora no âmbito da execução fiscal sob a perspectiva da parcialidade positiva do juiz
 ARTUR CÉSAR DE SOUZA 11
2. Princípio da territorialidade das leis e guerra fiscal entre os Estados
 CARLOS DE OLIVEIRA VIANNA 38
3. Considerações sobre a não cumulatividade do ICMS e o estorno de créditos em virtude da inidoneidade da documentação fiscal
 CARLOS EDUARDO CORRÊA CRESPI 61
4. Extrafiscalidade socioambiental
 JAMES MARINS E JEFERSON TEODOROVICZ 73
5. Apontamentos sobre as formas de atuação do Estado no domínio econômico
 LUIS FELIPE FERREIRA MENDONÇA CRUZ 124
6. A OCDE e os novos paradigmas no combate aos paraísos fiscais
 MÁRCIO ADRIANO ANSELMO 156
7. Transferências de recursos e participação na arrecadação tributária como elementos de cooperação federativa
 SÉRGIO PAPINI DE MENDONÇA UCHÔA FILHO 186
8. Comprovação de internamento de mercadorias na Zona Franca de Manaus
 SYLVIO CÉSAR AFONSO 232

9. Aspectos processuais da ilegitimidade passiva e da responsabilidade dos sócios-gerentes de sociedades limitadas nas execuções fiscais

TIAGO BANA FRANCO..... 244

II. PARECERES

1. Padrão monetário e confisco de ativos financeiros

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS 267

III. JURISPRUDÊNCIA

1. Supremo Tribunal Federal

DENÚNCIA – Nulidade – Inocorrência – Sonegação fiscal – Citação editalícia – Admissibilidade – Intimação pessoal reiterada, em endereço constante no cadastro do Fisco, que restou frustrada – Inteligência do art. 23 do Dec. 70.235/1972. AÇÃO PENAL – Suspensão – Inadmissibilidade – Sonegação fiscal – Existência de mandado de segurança, questionando intimação no procedimento administrativo-fiscal, que não impede transcurso do feito – Lançamento definitivo do crédito tributário que é suficiente para persecução penal. DENÚNCIA – Nulidade – Inocorrência – Sonegação fiscal – Oferecimento anterior ao encerramento do procedimento administrativo-fiscal – Ação penal, entretanto, que ficou suspensa até o julgamento definitivo do Conselho dos Contribuintes, por requisição do contribuinte – Nulidade, ademais, que só foi requerida posteriormente a sentença condenatória. – STF – RO em HC 95.108/ES – 2.^a T. – v.u. – rel. Min. *Ellen Gracie* 309

2. Superior Tribunal de Justiça

REPERCUSSÃO GERAL – Sobrestamento de recurso especial – Inadmissibilidade – Interrupção eventual permitida apenas em casos de recurso extraordinário, com a devida apreciação no exame de admissibilidade pela Corte Suprema – Inteligência dos arts. 543-A e 543-B do CPC. CRÉDITO TRIBUTÁRIO – Aplicação da taxa Selic – Admissibilidade – Incidência sobre débitos do contribuinte, junto a Fazenda, imposto por tratamento isonômico, que afasta desequilíbrios orçamentários – Norma estadual expressa, ademais, que permite indexação. – STJ – REsp 879.844/MG – 1.^a Seção – v.u. – rel. Min. *Luiz Fux* 316

IPI – Atualização monetária do crédito do contribuinte – Admissibilidade – Ente público que obsta seu devido aproveitamento. – STJ – EDcl no AgRg no REsp 1.030.988/RS – 2.ª T. – v.u.– rel. Min. *Eliana Calmon*... 323

SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA – Aplicabilidade – Impossibilidade, entretanto, de quantificar a proporção de cada uma das partes em sede de embargos de declaração – Cálculo que deve ser realizado na fase de liquidação – Inteligência do art. 21 do CPC. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – Discussão sobre restituição ou compensação de tributos – Inadmissibilidade – Tribunal de origem silente sobre assunto – Preenchimento do pressuposto de prequestionamento da matéria que não se verifica. – STJ – EDcl no REsp 1.085.735/RS – 2.ª T. – v.u. – rel. Min. *Castro Meira* 325

IMPOSTO DE RENDA – Incidência sobre plano de demissão voluntária – Inadmissibilidade – Reconstituição do patrimônio do empregado que diverge do conceito de renda e proventos. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – Alegação de erro material e obscuridade – Inocorrência – Não demonstração de elementos que comprovem a violação alegada – Inteligência do art. 535 do CPC. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – Caráter manifestamente protelatório do recurso – Ocorrência – Inviabilidade, ademais, da extirpação da multa do art. 538, parágrafo único, do CPC. – STJ – EDcl no AgRg no REsp 1.123.127/SP – 2.ª T. – v.u.– rel. Min. *Humberto Martins*..... 328

3. Tribunal Regional Federal da 1.ª Região

PRESCRIÇÃO – Ocorrência – Sanção administrativa instaurada contra atos de má gestão de serviços bancários – Bacen que inicia procedimento administrativo depois da decorrência de sete anos do deferimento das operações impugnadas – Ausência de norma regulamentadora que impinge interpretação analógica e não imprescritibilidade – Prazo geral para prescrição administrativa de cinco anos que se impõe. – TRF-1.ª Reg. – ApCiv 1998.01.00.095721-5/DF – 6.ª T. – m.v. – rel. conv. Juiz Federal *Carlos Augusto Pires Brandão*..... 333

IMPOSTO DE RENDA – Recolhimento na fonte – União que pretende a compensação de valores já restituídos ao exequente na respectiva declaração de ajuste anual

– Inadmissibilidade – Matéria que não pode ser discutida na fase de execução quando os fatos que ensejaram a compensação não forem supervenientes ao acórdão
– Revisão de decisão do órgão *a quo*, ademais, que redundaria na rediscussão da causa. REPETIÇÃO DE INDÉBITO TRIBUTÁRIO – Aplicação da taxa Selic em restituição ou compensação de pagamento indevido
– Inadmissibilidade – Tribunal *a quo* que preferiu aplicação de correção monetária e juros que não pode ser alterado em fase de execução – Adição da taxa Selic, ademais, que ensejaria enriquecimento sem causa do credor. – TRF-1.^a Reg. – ApCiv 2003.34.00.041380-3/DF – 7.^a T. – v.u. – rel. Des. Juiz Federal *Antônio Ezequiel* 338

4. Tribunal Regional Federal da 2.^a Região

RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA – Inclusão de sócio corresponsável de empresa na execução fiscal – Admissibilidade – Certidão da Dívida Ativa que, constando nome de sócio, presume que o mesmo estava listado no procedimento administrativo de apuração do crédito tributário – Desligamento do sócio da empresa, após ocorrência do fato gerador da exação, ademais, que é convenção entre particulares, não oponível a Fazenda Pública. – TRF-2.^a Reg. – ApCiv 2004.51.01.528452-1 – 4.^a T. – v.u. – rel. Des. Federal *Luiz Antonio Soares* ... 344

INQUÉRITO POLICIAL – Trancamento – Inadmissibilidade – Apuração de crimes de apropriação indébita previdenciária e de sonegação de contribuição previdenciária – Fase inquisitorial que só pode ser interrompida em casos de flagrante atipicidade ou por causa extintiva da punibilidade – Irrelevância, ademais, da existência de impugnação administrativa ao crédito tributário. *HABEAS CORPUS* – Constrangimento ilegal – Ocorrência – Apuração de crime de apropriação indébita previdenciária por débito que se encontra em programa de parcelamento – Inteligência do art. 9.^o da Lei 10.684/2003. – TRF-2.^a Reg. – HC 2008.02.01.012218-2/RJ – 2.^a T. Especializada – m.v. – rel. Des. *André Fontes* 349

5. Tribunal Regional Federal da 4.^a Região

CRÉDITO TRIBUTÁRIO – Suspensão da exigibilidade – Ocorrência – Imposição de juros e multa de mora

– Inadmissibilidade – Depósito judicial realizado que garante pagamento de tributo – Inteligência do art. 151, II, do CTN. – TRF-4.^a Reg. – EDcl em Ap/Reexame Necessário 2001.71.00.028504-0/RS – 1.^a T. – v.u. – rel. Des. Federal *Joel Ilan Paciornik*..... 374

EXECUÇÃO FISCAL – Certidão de Dívida Ativa – Presunção de liquidez e certeza – Admissibilidade – Débito que é amplamente discutido na esfera administrativa, antes de seu lançamento em cadastro – Presunção, ademais, que somente poderá ser afastada diante de prova inequívoca – Inteligência dos arts. 3.^o da Lei 6.830/1980 e 204 do CTN. EXECUÇÃO FISCAL – Certidão de Dívida Ativa – Maculação do direito à ampla defesa – Inocorrência – Título que possui os requisitos legais exigidos por lei, não acarretando prejuízos à defesa do executado – Inteligência do art. 2.^o, § 5.^o, da Lei 6.830/1980. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA – Ocorrência – Execução fiscal – Sucessoras de titular de firma individual falecido – Responsabilização, entretanto, que se limita ao montante do quinhão, do legado ou da meação havidos por ocasião da partilha – Inteligência do art. 131, II, do CTN. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA – Inadmissibilidade – Execução fiscal – Maridos de sucessoras de titular de firma individual falecido – Responsabilização que não se estende ao vínculo matrimonial. EXECUÇÃO FISCAL – Prescrição e decadência – Inocorrência – Pedido de parcelamento da dívida pelo contribuinte que implica interrupção na contagem do prazo, passando este a fluir no dia do descumprimento do acordo celebrado – Inteligência do arts. 151, VI, e 174 do CTN. EXECUÇÃO FISCAL – Certidão de Dívida Ativa – Débito relativo ao Programa de Integração Social (PIS) que deve ser cancelado – Inadmissibilidade – Dívida que somente poderá ser cancelada se exceder ao *quantum* devido – Não demonstração de exigência além do patamar descrito em título – Inteligência do art. 18 da Lei 10.522/2002. EXECUÇÃO FISCAL – Aplicação da taxa Selic em âmbito tributário – Admissibilidade – Medida que visa evitar desvalorização da moeda e dos juros – Lei ordinária que pode determinar aplicação do indexador – Tratamento isonômico previsto na legislação, possibilitando aplicação de taxa nos casos de atualização dos tributos pagos em atraso e retribuição

de tributos pagos indevidamente – Entendimento das Leis 9.065/1995, 9.250/1995 e 9.430/1996 e dos arts. 167 e 161 do CTN. EXECUÇÃO FISCAL – Taxa Selic – Limitação de juros em 12% ao ano – Inadmissibilidade – Art. 192 da CF/1988 condicionada a regulação de lei complementar ainda não existente. EXECUÇÃO FISCAL – Cumulação de multa com juros moratórios – Admissibilidade – Situações diferentes, descumprimento e atraso da obrigação, que ensejam aplicação dos diferentes institutos. EXECUÇÃO FISCAL – Caráter confiscatório de multa – Inocorrência – Desproporção entre o desrespeito a norma tributária e sua consequência jurídica não configurada – Contribuinte, ademais, que não entrará em insolvência com pagamento de multa – Inteligência do art. 61, §§ 1.º e 2.º, da Lei 9.430/1996. EXECUÇÃO FISCAL – Multa moratória – Aplicação de percentual previsto no Código de Defesa do Consumidor – Inadmissibilidade – Obrigações de contribuinte à Fazenda Nacional que não constitui relação consumerista. – TRF-4.ª Reg. – Agravo Legal em ApCiv 2005.04.01.021719-6/SC – 1.ª T. – v.u. – rel. Des. Federal <i>Joel Ilan Paciornik</i>	382
---	-----

MEMBROS DA ACADEMIA BRASILEIRA DE DIREITO TRIBUTÁRIO..	395
--	-----

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES.....	397
--	-----

REVISTA DOS TRIBUNAIS

Ano 99 • volume 893 • março 2010 • p. 1-800

FASCÍCULO 1 – MATÉRIA CIVIL

DOCTRINA CIVIL

Primeira Seção

Coisa julgada inconstitucional

GELSON AMARO DE SOUZA e GELSON AMARO DE SOUZA FILHO 9

Interpretação da lei e de precedentes: *civil law* e *common law*

TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER 33

Segunda Seção

Desafios à efetividade dos direitos fundamentais

EURICO ZECCHIN MAIOLINO 47

Princípios e disposições gerais da Lei 9.784/1999

MARCELO SCHENK DUQUE 63

Terceira Seção

Uma análise sobre a essencialidade do juízo de prognose nas decisões políticas

KALINE FERREIRA DAVI 101

PARECER CIVIL

Compromisso de compra e venda. Troca de *e-mails*. Manifestação de vontade por escrito

JOSÉ OSÓRIO DE AZEVEDO JÚNIOR 125

Publicação Oficial

1. Supremo Tribunal Federal	133
2. Superior Tribunal de Justiça	175
3. Tribunal de Justiça de São Paulo	221
4. Justiça dos Estados	249
Tribunal de Justiça do Acre	249
Tribunal de Justiça do Amapá	252
Tribunal de Justiça da Bahia	256
Tribunal de Justiça do Ceará	260
Tribunal de Justiça do Distrito Federal	264
Tribunal de Justiça de Goiás	273
Tribunal de Justiça do Maranhão	277
Tribunal de Justiça de Mato Grosso	280
Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul	286
Tribunal de Justiça de Minas Gerais	290
Tribunal de Justiça do Pará	293
Tribunal de Justiça do Paraná	299
Tribunal de Justiça de Pernambuco	306
Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro	309
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte	312
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul	318
Tribunal de Justiça de Rondônia	333
Tribunal de Justiça de Roraima	340
Tribunal de Justiça de Santa Catarina	343
5. Tribunais Regionais Federais	349
1.ª Região	349
2.ª Região	361
4.ª Região	367
5.ª Região	374



REVISTA
FORENSE

Volume 403 – ANO 105

MAIO – JUNHO DE 2009

ISSN 0102-8413

SUMÁRIO

<i>Abreviaturas e siglas usadas</i>	VII
DOCTRINAS	
DIREITOS SOCIAIS: QUAL É O FUTURO? – <i>Arruda Alvim</i>	3
LIBERDADE DE IMPRENSA E PROTEÇÃO DA PERSONALIDADE NO DIREITO BRASILEIRO: PERSPECTIVA ATUAL E VISÃO DE FUTURO – <i>Bruno Miragem</i>	31
A IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS NO DIREITO LUSITANO – <i>Clarissa Diniz Guedes</i>	75
A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE (URBANA) – <i>Daniel Claro</i>	109
IRREVERSIBILIDADE DA DECISÃO ANTECIPATÓRIA DE TUTELA E DIREITOS FUNDAMENTAIS – <i>Eduardo Arruda Alvim</i>	139
INCIDENTES NO CURSO DOS JULGAMENTOS NOS TRIBUNAIS – <i>Eduardo Chemale Selistre Peña</i>	157
REGIME JURÍDICO DO DIREITO FUNDAMENTAL AO JUSTO PROCESSO NOS PROVIMENTOS DE URGÊNCIA – <i>Eduardo Righi</i>	185
O PAPEL DA ONU E DE OUTRAS ORGANIZAÇÕES NO COMBATE AO TERRORISMO INTERNACIONAL – <i>José Cretella Neto</i>	239
MUDANÇAS NO HORIZONTE DO PROCESSO COLETIVO BRASILEIRO – <i>Leonardo Netto Parentoni</i>	269
A IMPORTÂNCIA DA PROVA PERICIAL NO DEVIDO PROCESSO LEGAL – <i>Humberto Theodoro Júnior</i>	297
O MINISTÉRIO PÚBLICO E A SOCIEDADE BRASILEIRA – <i>Maria Emilia Naves Nunes</i>	311
FORNECIMENTO DE “PRODUTOS ORGÂNICOS” AO CONSUMIDOR COMO POLÍTICA DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE NO AGRONEGÓCIO – <i>Roberto Grassi Neto</i>	333
PARECERES	
LIBERDADE DE IMPRENSA – INTELIGÊNCIA DOS ARTIGOS 5º, INCISOS IV, IX, XIV E 220, §§ 1º, 2º E 6º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL – OPINIÃO LEGAL – <i>Arnoldo Wald</i>	353
DIREITO CIVIL – CONTRATO DE SEGURO – ARTIGOS 765 E 766 DO CC/02 – EXIGÊNCIA DA MAIS ESTRITA BOA-FÉ – A VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS PELO SEGURADO DECORRE DO DEVER DE COLABORAÇÃO, A FIM DE PERMITIR QUE O SEGURADOR VERIFIQUE OS RISCOS ASSUMIDOS NA CONTRATAÇÃO – EXPECTATIVA DE BOA-FÉ FRUSTRADA – NÃO É EXIGÍVEL QUE UMA DAS PARTES PREVEJA A MÁ-FÉ DA CONTRAPARTE – ATUAÇÃO LEAL E DILIGENTE DOS CONTRATANTES COMO EXPECTATIVA GARANTIDA PELO SISTEMA –	

VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA BOA-FÉ – LEGITIMIDADE DA RECUSA DA SEGURADORA – DESNECESSIDADE DE EXAMES MÉDICOS PRÉVIOS – EXIGIR DA SEGURADORA A PROVA DA MÁ-FÉ DO SEGURADO IMPLICA, EM ÚLTIMA ANÁLISE, DISPENSÁ-LO DE AGIR CONFORME OS DEVERES DE LEALDADE, CONFIANÇA E BOA-FÉ – A OMISSÃO SIGNIFICATIVA OU INVERACIDADE JÁ SÃO REPRESENTATIVAS DE MÁ-FÉ – EXAME MÉDICO PRÉVIO QUE, ADEMAIS, DEPENDERIA DA COLABORAÇÃO DO SEGURADO AO MÉDICO, MEDIANTE PRESTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CORRETAS E VERÍDICAS, JÁ OMITIDAS NA CONTRATAÇÃO – CENÁRIO QUE NÃO SE MODIFICARIA COM A REALIZAÇÃO DO EXAME – SEGURADO QUE INCORREU EM ILEGÍTIMO <i>VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM</i> – ARGUMENTO DA SUPOSTA HIPOSSUFICIÊNCIA DO SEGURADO QUE NÃO PODE SER ACOLHIDO, POIS AO HIPOSSUFICIENTE NÃO SE ASSEGURA O DIREITO DE MENTIR – <i>Arruda Alvim</i>	365
--	-----

JURISPRUDÊNCIA CIVIL

Supremo Tribunal Federal	401
Superior Tribunal de Justiça	421
Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro	489
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios	493
Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul	497

JURISPRUDÊNCIA PENAL

Superior Tribunal de Justiça	505
--	-----

ESTUDOS E COMENTÁRIOS

A NORMA JURÍDICA COMO RAZÃO PARA A AÇÃO – <i>Angel Rafael Mariño Castellanos e Gilberto Fachetti Silvestre</i>	553
MANDADO DE SEGURANÇA. LEI N. 12.016 DE 07.08.2009. INCONSTITUCIONALIDADES. CONSIDERAÇÕES – <i>Luiz Fernando Gama Pellegrini</i>	569
DIREITO PROCESSUAL INTERTEMPORAL APLICADO: RECURSOS E INCIDÊNCIA DE LEI NOVA – <i>Márcio Schiefler Fontes</i>	575
APONTAMENTOS SOBRE A HISTÓRIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO – <i>Maria Emília Naves Nunes</i>	597
DIREITO FUNDAMENTAL À TUTELA CAUTELAR – <i>Nagib Slaibi Filho</i>	625
DO LICENCIAMENTO COMPULSÓRIO: UMA ABORDAGEM DO DIREITO INTERNACIONAL E DO DIREITO ADMINISTRATIVO – <i>Patricia Luciane de Carvalho</i>	637

ÍNDICES

Índice Geral	657
Índice de Assuntos	665